

PODER LOCAL E ASSENTAMENTOS RURAIS: UM ESTUDO EM MARABÁ PAULISTA

Cíntia C. Farias dos Santos¹

Luís Antônio Barone²

Introdução: campo político e as tensões do poder local frente aos assentamentos

O presente texto busca articular reflexões acerca das relações entre o chamado poder local e os assentamentos rurais. O trabalho ora apresentado é um extrato de uma monografia de bacharelado em Geografia, constituída basicamente como um subprojeto de uma pesquisa mais ampla voltada ao tema (“Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência”), sob coordenação de meu orientador. Propõe-se, aqui, discutir essas relações em um contexto local específico: Marabá Paulista, município localizado no Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista), esclarecendo como se dá a inserção política dos assentados no referido município.

Essas relações de poder compõem um campo de disputas no qual as tensões se expressam através de possíveis conflitos, acomodações e resistências (BARONE, FERRANTE e WITHAKER, 2004). A pesquisa buscou apreender essa “trama de tensões” em suas diversas expressões, na esfera das políticas municipais. O projeto maior busca avaliar as diferenciadas formas de ação levadas adiante pelas prefeituras face aos projetos de assentamentos rurais, como expressão de um jogo de forças que transcende a dimensão meramente institucional e põem em questão interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes deste jogo. Objetivamos estudar os novos rearranjos que a participação crescente dos assentados como atores

¹ Geógrafa, bacharel em 2005 pela FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente.

² Sociólogo, professor doutor do Depto. Planejamento, Urbanismo e Ambiente (FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente)

políticos e econômicos locais provocam: a possível constituição de redes de cooperação e a (re)constituição de mecanismos de controle e de dominação.

Nesse campo político (BOURDIEU, 1989; BARONE, 2002), a trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas (nesta pesquisa, principalmente de âmbito municipal), mediante práticas clientelistas com fins eleitorais. O fato dos assentados serem beneficiados por projetos específicos, desenvolvidos pelas prefeituras gera tensões de diferentes ordens. As relações travadas entre as lideranças assentadas e os agentes políticos do município levam os assentamentos a entrarem ou não na agenda das prioridades de desenvolvimento local/regional, situações que foram investigadas ao longo do trabalho. Na esfera política, os assentados, como atores, relacionam-se com os políticos locais na discussão de reivindicações e busca de alternativas aos seus dilemas, revelando tensões que podem ser de conflito ou de acomodação – seja na possibilidade de vislumbre de projetos alternativos que cumpram as exigências das aspirações dos assentados ou através da manutenção de laços clientelistas tradicionais – seleção de cabos eleitorais, troca de favores, enfim a cultura da dádiva. Surge como possibilidade, a emergência de uma nova cultura política, através da participação dos assentados em espaços institucionais de decisão.

Poder Local: breve discussão teórica

O problema do Poder Local nos estudos políticos brasileiros vem sendo discutido há décadas. Inicialmente, é fundamental apreender os fenômenos intrinsecamente ligados a esta questão, especialmente o coronelismo, que na grande maioria das discussões sobre poder local, é colocado como elemento definidor, advindo de uma prática da política tradicional.

Como principal referência da origem do coronelismo no Brasil, temos o trabalho intitulado "Coronelismo, Enxada e Voto", que aborda as formas de manutenção de poder privado, estruturado por "uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido" (LEAL, 1975 p. 252). Tal dinâmica se configurou como sistema político vigente a partir da Primeira República e possuía, como características evidentes, sua atuação ao reduzido cenário do governo local em municípios do interior, considerados rurais, que tinham no isolamento seu grande aliado para sua manutenção.

O “arranjo coronelista”, segundo sua conhecida conceituação, era um “compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 1975 P. 20). Segundo Leal, este sistema aproximava o líder político local aos representantes do governo estadual.

[...] o partido do governo estadual não pode dispensar o intermédio do dono de terras... Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal. Mas em todos esses graus da escala política impera, como não podia deixar de ser, o sistema de reciprocidade... (LEAL, 1975 p.43).

[...] se os candidatos ao governo municipal, que forem apoiados pelo governo estadual, são os que têm maiores oportunidades de fazer uma administração proveitosa, esse fato já predis põe decisivamente grande número de eleitores em favor do partido local governista. (LEAL, 1975 p. 52).

A decadência do sistema coronelista tem início a partir de 1930, período em que a economia brasileira já não se caracterizava essencialmente rural, haja vista a rivalidade entre a produção industrial e a produção agrícola, bem como a crise do café, responsável pela redução do poder econômico dos fazendeiros. Estes e outros fatores nos quais se apóiam a estrutura econômica e social que sustentavam o coronelismo tiveram considerável enfraquecimento dando espaço a novas configurações políticas. Uma nova problemática emerge: a provável "morte dos coronéis" teria como consequência o surgimento de um novo político local, com características modernas. Esta análise sugere o surgimento deste "político profissional", inserido na realidade do interior modernizado. (KERBAUY, 2000)

É fato que as transformações político – econômico - sociais no país vão gradativamente corroendo o principal sistema de dominação, ou seja, o coronelismo. Ao contrário da localidade e isolamento, característicos do antigo sistema, a prática política deve ser institucionalizada, além de estabelecer estratégias políticas de relacionamento com os governos federal e estadual. Apesar das mudanças neste cenário, é imprescindível o controle social e político para que continuem sendo atendidos os interesses das classes dominantes. Mesmo com incentivos para o aparecimento de partidos políticos, julga-se necessária a submissão política dos municípios. Assim, "o clientelismo é mantido como um dos mecanismos de controle" (KERBAUY, 2000), que vem acompanhado de novas formas de controle como o burocratismo e o corporativismo.

Em busca de maior democracia, Daniel (1994) aponta a negação, no âmbito local, dos fundamentos do neoliberalismo, sistema este preocupado com o homem econômico, contrários aos princípios democráticos que evidenciam o homem como cidadão buscando seus direitos. Segundo Daniel,

uma contradição se mostra nos governos municipais ditos democráticos, porém calcados pelas relações pessoais, de amizade e do clientelismo. Sobre isso ensina Daniel:

[...] O primado do privilégio a amigos e aliados nega, na prática, o princípio de garantia de direitos iguais para todos. Por isso, a afirmação de uma cultura política democrática exige, tanto de parte do poder político quanto da sociedade, a renúncia às tentações do fisiologismo em suas diferentes formas. Por isso também a garantia de direitos iguais para todos é um pressuposto da participação real onde não vigoram direitos iguais, não há como garantir o direito a participar igualmente e a participação tenderia a perder sentido ou tornar-se mera manipulação (DANIEL, 1994 p. 25).

No âmbito do poder local, podemos distinguir três esferas: o governo local, a máquina administrativa e a Câmara Municipal. Ao falar da participação popular no governo local, Daniel (1994) aponta os problemas desta discussão em que tal participação ficou restrita à questão dos Conselhos. Segundo ele, a participação popular vai muito além destes espaços, pois, os Conselhos, com sua formalização política, impedem avanços, por contribuírem na criação de expectativas infundadas e sem atribuir a devida importância de realizações concretas. Mais um problema se apresenta quando os Conselhos são considerados como órgãos da sociedade que independem do Estado (como se existissem espaços democráticos diferentes para a sociedade e para o Estado). Com isso, Daniel (1991) afirma a abertura de um sistema paternalista, de um governo dito democráticos, a “amigos” – no caso, as lideranças dos supostos conselhos populares “vinculados politicamente aos governantes” (DANIEL, 1994), ao passo que exclui o restante da sociedade organizada e retira seu direito de participação. Conseqüentemente, não há o processo de partilha do poder político. Daniel afirma que tal processo é bastante comum nas prefeituras onde os canais de participação restringem-se às elites locais.

Reforma Agrária, Assentamentos Rurais e a questão do Poder Local

As políticas públicas agrárias freqüentemente estão associadas a conflitos no campo. São, portanto, formas de intervenção para minimizar tensões sociais específicas, buscando certo consenso. A luta pela terra presente desde o Brasil colonial assumiu características diferentes ao longo dos anos sendo evidenciada através dos vários conflitos que demonstram a dinâmica das populações rurais.

As políticas para os assentamentos em geral, são elaboradas por técnicos, estes, distantes da realidade social dos assentados, que por sua vez, são ignorados, bem como sua história, seus valores e interesses. Em decorrência,

os resultados destas políticas (no tocante ao aspecto financeiro) são considerados negativos, uma vez que não obtém o sucesso econômico esperado, provocando tensões entre os membros dos assentamentos e as entidades governamentais que são responsáveis por sua execução.

No caso brasileiro, a implantação de assentamentos está vinculada a uma tentativa de controlar e atenuar a violência dos conflitos sociais no campo. Através da implementação cria-se um locus para o exercício do controle e também de disputas. A criação de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerida a propriedade agrícola pelos pequenos produtores, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos no qual sua efetivação só se torna possível graças à intensa reivindicação dos movimentos sociais.

Ferrante (1999) descreve os assentamentos rurais como "projetos públicos", ações aparentemente "não políticas" efetuadas pelo Estado. O assentamento aparece como um "presente" oferecido pelo governo a quem os assentados não tem o que questionar e seu comportamento ou a construção deste é orientada, causando alterações na sociabilidade e nas formas de organização política dos assentados. Porém tais processos ocorrem entorno de impasses, e se fazem presente na relação dos assentados com o poder local, ora recusando, ora aceitando as políticas a serem implantadas.

No que tange à discussão sobre as relações de poder local (por meio das prefeituras municipais) e os assentamentos rurais, podemos afirmar que a participação do poder público municipal é bastante diferenciada. "Até recentemente, pouca ou nenhuma participação no destino dos assentamentos advinha das prefeituras municipais, cabendo a estas apenas a questão de infra estrutura" (FERRANTE; BARONE, 2003). Ao contrário do que estamos acostumados, devemos atentar para que o poder local não é um agente neutro nos processos vivenciados pelos assentamentos (sejam processos econômicos, sociais, de sustentabilidade, etc.), mas fundamental no desenvolvimento dos mesmos.

Sobre as práticas clientelistas, norteadoras das relações entre Poder Local e Assentamentos Rurais, Barone (2004) destaca a existência de uma política de "atendimento direto que aproxima algumas lideranças do político que governa a cidade enquanto afasta os que são opositores". Essas relações mostram-se reveladoras na realidade de Marabá Paulista e seus Assentamentos Rurais como veremos adiante.

Contextualização Histórica-Geográfica: o Pontal do Paranapanema e o município de Marabá Paulista

Para abordar o tema proposto se faz necessário resgatar alguns aspectos históricos fundamentais do processo de ocupação do Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista). Segundo Leite (1998), até 1950 a ocupação da Alta

Sorocabana deu-se apenas ao longo dos trilhos da ferrovia. Somente a partir desta década é que as frentes pioneiras começaram a se afastar do espigão da estrada de ferro em direção às terras mais novas dos vales do Rio do Peixe e Paranapanema.

Tendo em vista o aumento populacional, novos municípios começam a ser formados a partir do fracionamento do território, especialmente o de Presidente Venceslau que, segundo Leite (1998) era o mais extenso da região, com cerca de 6.620 Km². Neste processo, o referido autor evidencia a questão do grande número de pessoas que chegaram ao Pontal em busca dessas "terras novas", sem qualquer preocupação destes em saber a quem as mesmas pertenciam.

O processo de criação de reservas no Pontal do Paranapanema seguiu as tendências conservacionistas do Estado de São Paulo, que criou órgãos voltados à questão do meio ambiente bem como Códigos florestais, já nos anos 1940.

A partir daí, visto o problema do excedente da mão-de-obra rural na região, tem início sucessivas invasões às reservas florestais, marcadas pela total falta de fiscalização do estado e por grandes embates políticos entre os que defendiam a manutenção das reservas e os que acreditavam que tal fato impedia o crescimento econômico e social da região.

Diferentemente do que podemos imaginar, a luta pela terra no Pontal do Paranapanema começa no seu processo de ocupação, onde o desrespeito à lei, a violência e os desmandos provocados por interesses econômicos e políticos são sua marca registrada.

Antônio (1990) afirma que na Alta Sorocabana, a partir de 1960, o processo de conquista da terra ocorreu também em caráter reformista, não provocando transformações na estrutura social, sendo então o Estado e o sistema econômico, os verdadeiros beneficiários deste processo. Neste período os camponeses não mais querem buscar oportunidades em outras regiões, querem, através da resistência e ocupação, conquistar a terra e produzir nela.

Diante de tais fatos criam-se os primeiros assentamentos na região que, segundo Antônio (1990), foram uma forma pela qual o Estado amenizaria e mediaría os conflitos através do assentamento desses camponeses. Portanto, a ação estatal teve como intuito institucionalizar esse movimento e, ao mesmo tempo, promover a integração da região do Pontal do Paranapanema ao desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Através dessas políticas, o Estado acreditava solucionar e regularizar a questão das terras da região, pois o mesmo é um promotor de políticas a favor das classes dominantes e formulador de planos para as classes subalternas; ele é conivente, é produto de subordinação de uma classe à outra (Antônio, 1990). Assim, o Estado incorpora as reivindicações dos camponeses, (por pressões advindas dos mesmos) e é dominado pelos grupos econômicos. Neste

cenário intensificam-se os grandes conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema.

A luta pela terra no Estado e no Pontal do Paranapanema hoje

Segundo Fernandes (1999,) no Estado de São Paulo, a luta pela terra resultou de uma diversidade de experiências que tiveram início em 1979. A luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, marcou a origem do MST no Estado, luta esta, contra a expropriação e exploração.

No início da década de oitenta, após os sucessos das recentes conquistas de terras e experiências divulgadas nos encontros entre os trabalhadores sem-terra, novos movimentos começaram a se organizar. Neste momento, as lutas de resistência dos trabalhadores no campo retomam a sua organização a partir da abertura política e início da derrocada do regime militar (FERNANDES, 1999 p. 89).

Analisando o histórico de formação da fazenda Primavera, Fernandes (1999) expõe a questão da grilagem de terras devolutas, característica marcante no Oeste do Estado de São Paulo. Além dos conflitos estabelecidos pela cobrança da renda da terra, estes tomaram maior proporção devido a novas formas de exploração impostas pelos fazendeiros que, além de tornar os posseiros completamente dependentes faziam da pecuária uma forma de pressão para que os trabalhadores deixassem as terras. Outras práticas violentas contra os posseiros estiveram presentes neste processo, contribuindo para o crescimento da luta, bem como da organização e união dos trabalhadores.

Ainda segundo Fernandes (1999), a partir deste processo de desenvolvimento da luta, surgem as primeiras divergências políticas, em relação ao papel e participação dos sindicatos de trabalhadores rurais, bem como ao partido vencedor das eleições estaduais de 1982, o PMDB. Em campanha, comprometeu-se com a questão agrária sem evidenciar que a desapropriação de terras particulares para fins de reforma agrária é de competência exclusiva do governo federal. Sem resposta imediata do governo a esta questão, os trabalhadores começam a ocupar a terra como forma de luta, sendo mobilizações visando terras públicas: uma forma paliativa para se resolver a questão emergente. Essas ocupações e conseqüentes desapropriações causaram, a reação dos latifundiários que criaram a UDR - União Democrática Ruralista - para a defesa de seus privilégios e interesses.

O MST começa, em 1984/1985, seu processo de consolidação no Estado de São Paulo. A partir de 1986/1987, se especializou por quase todo o Estado (FERNANDES, 1999), o que se configurou como desenvolvimento de novas

formas de lutas. Em conseqüência, novas experiências e ações se manifestaram concretamente neste período. Entre 1995/1996, época esta que se evidenciou os conflitos fundiários no Pontal do Paranapanema, o MST espacializou as novas práticas e teria territorializado a luta pela terra, o que provocou o aumento das ocupações no Estado.

Fernandes (1999) discute, ainda, todos os desdobramentos da complexa realidade fundiária do Pontal do Paranapanema a partir de 1995: as ocupações, as inúmeras dificuldades e violências pelo qual passaram os trabalhadores neste processo, a fragmentação das relações dentro do próprio Movimento, o posicionamento de instituições, justiça e partidos políticos, os acordos vergonhosos entre o Estado (que comprou suas próprias terras) e grileiros para formação de assentamentos, o papel da UDR e seus esforços contra a reforma agrária, o papel da mídia que desvirtua o caráter real da luta.

Caracterização sócio-econômica do município de Marabá Paulista

O município de Marabá Paulista teve origem de um povoado do município de Presidente Venceslau, denominado “Areia Dourada”, constituído por dois grandes imóveis que perfaziam, em sua sua área total, as fazendas Santo Antonio e Ribeirão das Antas. O Município está localizado a oeste no Estado de São Paulo, distante da Capital cerca de 650 Km. Em 1938, um grupo de agricultores nordestinos iniciou, no Povoado Areia Dourada, a cultura do algodão. Com esse grupo de agricultores vieram também pequenos comerciantes de outras origens, como espanhóis, italianos, japoneses, etc.

No ano de 1944, o local foi elevado a Distrito de Paz, com o nome de Areia Dourada. Marabá Paulista foi elevado a município, já com esse nome, na comarca de Presidente Venceslau, com sede na vila de igual nome (ex-Areia Dourada) e com território desmembrado do respectivo distrito, cuja instalação se deu no dia 1º. de janeiro de 1954. A área territorial da unidade é de 917 Km² e possui 3.827 habitantes, segundo o IBGE³.

A primeira lavoura do município foi a do algodão, plantada em grande escala na época em que se originou o Povoado Areia Dourada. Outrora, a economia do município se baseava em diversas atividades agropecuárias. Atualmente, a principal atividade econômica é a pecuária. A segunda atividade mais importante é a agricultura, planta-se: algodão, amendoim, arroz sequeiro, feijão de inverno, mamona, milho, soja, cana-de-açúcar para a indústria, mandioca e manga.

³ Dados do censo de 2000.

Marabá Paulista é um município marcado pela precariedade econômica e, conseqüentemente, destaca-se a pobreza de sua população. As únicas opções de emprego são as advindas do funcionalismo público municipal, as advindas das confecções (na área urbana) ou do assalariamento temporário (os chamados bóias-frias). Não há rede de comércio forte. Ao contrário: muitas das necessidades básicas dos cidadãos, (que vai desde a alimentação, a serviços de saúde) precisam ser supridas através da busca em outros municípios da região.

Segundo o ITESP⁴, 80% da população rural em Marabá Paulista é assentada. São seis os Projetos de Assentamentos (P.As) existentes no município (cf. tabela 01).

Tabela 01 - Assentamentos de Marabá Paulista

P.As	Ano de criação	Nº de lotes	Área total
<i>Areia Branca</i>	<i>1988</i>	<i>87</i>	<i>1.879,49 ha</i>
<i>Santo Antônio de Marabá Paulista</i>	<i>1999</i>	<i>73</i>	<i>1.822,47 ha</i>
N Sra. Aparecida	<i>2002</i>	<i>17</i>	<i>616,09 ha</i>
<i>Santo Antônio da Prata</i>	<i>2004</i>	<i>34</i>	<i>813,57 ha</i>
São Pedro	<i>2004</i>	<i>08</i>	<i>261,45 ha</i>
<i>Santa Maria II</i>	<i>2004</i>	<i>40</i>	<i>1.091,06 ha</i>

Fonte: ITESP/ GTC – Presidente Venceslau

Segundo o ITESP (GTC⁵ de Presidente Venceslau), os assentamentos foram formados a partir de acordos entre os proprietários das terras e o Estado. Não houve processo de acampamento, nem ligação ao MST (com exceção dos PAs implantados no ano de 2004). Foram feitos cadastros das famílias interessadas, bem como o processo seletivo através do órgão citado. Porém, durante a pesquisa para a monografia, foi comprovado que tais informações não se configuram como exatas. O importante é a interferência da política local na constituição dos P. As. (cf. segue).

As principais culturas dos assentamentos são: milho, mandioca, feijão e algodão, além da produção leiteira. Os cultivos de milho, feijão e algodão são vendidos a "intermediários". A venda da mandioca é feita à uma indústria do município de Bataguassu - MS, e a produção leiteira por sua vez, tem sua distribuição inicialmente feita à cooperativas e laticínio em Presidente Epitácio.

Parte da eletrificação dos assentamentos foi feita através do programa

⁴ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. O dado foi recolhido em entrevista com técnico do órgão que atua em Marabá Paulista.

⁵ Grupo Técnico de Campo.

"Luz da Terra" pelo ITESP. Porém, segundo algumas lideranças, os assentamentos São Pedro, Santa Maria II e parte do assentamento N Sra. Aparecida ainda não possuem energia elétrica. O ITESP também foi responsável pela criação de poços e abertura de estradas.

Num primeiro momento, tais informações nos levaram a crer que o ITESP é o único órgão a desenvolver políticas aos assentamentos, porém tais ações fazem parte do cronograma comum do ITESP, semelhante a diversos outros assentamentos. Algumas ações foram levadas adiante pela Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, porém, sem grandes efeitos (ou pelo menos sem efeitos benéficos à coletividade).

A constituição de uma elite política local em Marabá Paulista⁶

Tal discussão busca dar conta do histórico político do município de Marabá Paulista (fundado no ano de 1955) e, conseqüentemente, a constituição da recente elite política local. É importante salientar que o resgate de tal histórico político foi possível pelos relatos orais prestados por antigos moradores do município que acompanharam este processo político desde o seu início. Segundo tais fontes, marcante é o fato do controle político do município historicamente ter sido exercido por meio de acordos entre partidos e grupos ditos "adversários", constatado pela alternância desses atores no poder. Um exemplo claro demonstra-se nos primórdios da vida política no município: MDB e ARENA fizeram uma história de acordos e "troca de apoios" enquanto partidos políticos. Esta afirmação baseia-se na postura assumida pelos atores que fizeram parte desse jogo político como veremos a seguir.

Em 1959 (quatro anos depois da emancipação do município) é eleito o primeiro político a destacar-se no cenário municipal. Após o golpe militar, filiou-se ao MDB e foi o responsável pela criação de um grupo político hegemônico dotado de características próprias no que diz respeito ao controle e manutenção do poder. Sempre pautados pelos arranjos tradicionais. Este ator em questão controlou o poder até o ano de 1969, ora sendo o representante do executivo, ora "apoiando" outros atores que se tornaram prefeitos. Aliás, bastante peculiar é a questão do "apoio" político em Marabá Paulista. Sabe-se que este é um subterfúgio comum no município para a "divisão" do poder entre as partes interessadas.

Segundo munícipes antigos, na campanha eleitoral de 1969 o então "detentor do poder", resolveu apoiar um jovem vereador que se destacou em sua gestão. Tratava-se de João Silva, filiado à ARENA e comprometido em dar continuidade ao curso da política municipal, caso fosse eleito. E assim aconteceu. Porém, o jogo político é marcado por diferentes interesses e, conseqüentemente, por ações "inesperadas". A

⁶ Por uma questão de ética na pesquisa, os nomes citados nesta parte são pseudônimos dos agentes reais.

manutenção dos arranjos prosseguiria, porém, com a entrada de novos atores no jogo. A década de 1970 assistiria a algumas mudanças.

E assim aconteceu. Para dar continuidade às práticas políticas comuns no município, João Silva apoiou apenas uma chapa na qual o cabeça comprometeu-se até mesmo a renunciar de seu mandato depois de certo período para que o vice, pudesse também partilhar dos “benefícios” da máquina administrativa (essa prática vai se repetir por várias eleições). Entre esses novos atores, surge um professor bastante articulado (Arquibaldo Mendes) que, outrora aliado, figurou como uma ameaça real ao poderio de João Silva. Este, por sua vez, munido de manobras bem sucedidas e contando com o apoio de arranjos feitos por seus aliados, conseguiu reduzir a importância do novo ator dentro do grupo e, conseqüentemente, podar suas pretensões.

Mesmo descontente com tal manobra, este ator sustentou seu apoio ao líder do grupo em troca da falsa promessa de que se tornaria prefeito na gestão seguinte (de 1983 a 1988). Entretanto, a todo o momento surgem novos atores no jogo e, em 1982, na convenção que decidiria qual o candidato a ser lançado pela ARENA, uma “surpresa”: a promessa não se cumpriu. Um novo ator (Manoel Ribeiro) rouba não somente a cena como a nova gestão. Um novo acordo é firmado para que o grupo não perca o apoio político daquele que novamente fora enganado. Segundo munícipes, o mesmo contentou-se com o cargo de vice-prefeito de posse de um documento assinado e com registro em cartório de que Manoel Ribeiro renunciaria seu mandato após três anos.

Manobras paralelas foram executadas por João Silva a fim de aumentar o número de membros de seu grupo, bem como sacramentar seu domínio político. Munícipes afirmam que João Silva era quem governava o município apesar de oficialmente Manoel Ribeiro ter sido eleito prefeito. Os vereadores apoiados por ele eram maioria no legislativo, inclusive, um de seus genros (que faria João Silva perder uma eleição posteriormente) também entrara no jogo como vereador. Nesse período, cresce o grupo daqueles que o apoiava embora a oposição tornava-se mais forte, inclusive dentro do grupo.

A desconfiança era a principal causa da dissensão. Três anos se passaram e, de posse da declaração assinada e devidamente registrada em cartório, o então vice-prefeito, ingenuamente, foi requerer o cumprimento do acordo. Manoel Ribeiro, o prefeito, orientado por João Silva, não cumpriu a promessa. Começavam aí as divergências declaradas e a fragmentação deste grupo político, em que alguns defendiam o prefeito, com o apoio de João Silva, e outros que reivindicavam não só a saída definitiva do mesmo do grupo, mas também do cenário político do município. Entretanto, Manoel Ribeiro permaneceu fiel ao aliado político e o apoiou novamente nas eleições de 1988. Para garantir a vitória nas eleições, João Silva teve como vice um membro do grupo opositor, “descartado” após três meses de gestão. Comenta-se que alguns vereadores teriam sido eleitos por conta das promessas feitas em torno da distribuição de lotes do assentamento Areia Branca, criado em 1988.

A troca de favores entre aquele “grupo fechado” estava “a caminho do fim” e a fragmentação deste mesmo grupo iniciou-se nas eleições de 1992. Supostamente sentindo-se “culpado” pelas frustrações daquele que por duas vezes fora prometido o “poder”, João Silva (PMDB e posteriormente PDS) decidiu apoiá-lo. Todavia, a essas alturas do jogo político, o professor Arquibaldo Mendes não mais se caracterizava como um candidato forte. Seu adversário? Manoel Ribeiro (filiado ao PMDB) que de todos os aliados políticos remanescentes do “grupo”, só obteve apoio de seu sobrinho, outrora vereador e atual prefeito. Como poderia então ter ganho sem o renomado e conhecido suporte do grupo liderado por João Silva? Numa manobra política previsível e já utilizada anteriormente aliou-se ao grupo outrora opositor. Mesmo ganhando a disputa política, oito vereadores eram opositores. Comenta-se que, para governar com o apoio da Câmara Municipal, Manoel Ribeiro foi pressionado a beneficiar o grupo com aumento de salários.

A gestão de 1993 a 1996 foi marcada, sobretudo, pela cultura da amizade, da dádiva, da troca de favores aos aliados. Municípios afirmam que pouco foi feito pelo município (e o que foi feito tornou-se alvo de grandes escândalos posteriores, que envolveram, entre outras coisas, o super faturamento de obras, como veremos a seguir). Em contrapartida, nunca se viu (pelo menos não declaradamente), tantos benefícios e gentilezas advindos dos cofres públicos. Comenta-se, como exemplo, que boa parte dos jovens que ingressaram e concluíram cursos superiores no período daquela gestão, tiveram seus estudos financiados com recursos da Prefeitura Municipal.

Vieram as eleições de 1996. Apoiados por Manoel Ribeiro (PMDB) era o momento de lançar os “aprendizes” de João Silva contra ele. Um dos “aprendizes” era o sobrinho de Manoel Ribeiro, que se candidatou a prefeito. Contudo, a fonte de recursos que, por tantas vezes, sustentou palanques estava quebrada. Não só a Prefeitura encontrava-se endividada, como Manoel Ribeiro passava por grandes dificuldades financeiras. Afinal, muito havia sido feito pelos aliados durante sua última gestão. E, como em Marabá Paulista um voto (para a esmagadora maioria da população) equivale à uma cesta básica, alguns tanques de combustível e vários sacos de cimento, faltaria dinheiro para a “conquista de eleitores”.

Na outra face da moeda encontrava-se mais uma vez, João Silva (filiado agora ao PSDB) e, como vice, alguém completamente anulado que serviu apenas para posar para as fotos dos chamados “santinhos”. As eleições foram vencidas novamente por João Silva. O poder voltava às mãos do “eterno mestre”. Pela primeira vez, nesta gestão, assentados ocupavam cadeiras no legislativo: Luis Alves (PSDB) e Armando Souza (opositor, filiado ao PP), ambos do P.A. Areia Branca.

Apesar de vencido, municípios denunciaram que Manoel Ribeiro “colaborou” e “usufruiu” da gestão de João Silva e, neste período, o super faturamento de obras tornou-se de conhecimento público. Sobre isso, destacam-se a construção do matadouro municipal (com início das obras na gestão anterior) e a construção

de uma ponte no Assentamento Areia Branca. Sobre esta última obra citada, munícipes afirmam que os materiais para a construção da ponte foram comprados na gestão de Manoel Ribeiro, que teria utilizado notas frias de uma empresa fantasma localizada no município de Assis. Além disso, em ambas as obras foi declarada a existência de serviços terceirizados, o que na realidade não ocorreu. Comenta-se que o dinheiro do super faturamento das obras teria sido dividido entre os dois.

O matadouro municipal esteve ativo apenas três meses após sua inauguração. Segundo munícipes, o mesmo teria fechado por problemas com a vigilância sanitária, que apontou falta de equipamentos apropriados para o funcionamento. Sobre a ponte construída no assentamento Areia Branca, esta foi uma obra de manutenção de estradas de acesso ao assentamento. Não há relatos que confirmem algum tipo de benefício para assentados.

Em 1999, cria-se o Assentamento Santo Antônio de Marabá Paulista, fruto de pressão exercida por João Silva que teria se comprometido na campanha, em “distribuir terras” para alguns de seus eleitores. Filiado ao PSDB (mesmo partido do governo Estadual e Federal) João Silva consegue a arrecadação das terras, e, conseqüentemente, a fidelidade dos eleitores assentados.

Os depoimentos a seguir confirmam essa disposição:

“...Em meados de 1999, o Bragato esteve no nosso assentamento, acho que era campanha política... Ele prometeu um trator que veio mesmo. Só que em 2001 para 2002, o trator foi embora. Ficamos sabendo que era preciso uma associação para que tivéssemos o trator. Quando entrou o outro prefeito em 2001, ele ofereceu cursos em parceria com o SEBRAE para que a gente tivesse noções de associativismo, para que a gente montasse mesmo uma associação... O Projeto chamava-se PMDLIS⁷ e era muito bom, só que os assentados aqui da Santo Antônio pensam que tudo é política e como eles tinham votado “contra” esse prefeito, resolveram boicotar o curso. Ficavam falando que ninguém ia fazer palanque as custas deles. Um pouco também é comodismo da maior parte dos assentados que não tem uma visão grande sobre tudo isso. Eles não pensaram que, independente do curso virar palanque, era uma coisa boa para nós... Mas é complicado, pois, pelo menos 90% do assentamento votou no João Silva...” (A B. Jovem assentado no P. A Santo Antônio de Marabá Paulista. Setembro de 2005).

“... Aqui neste assentamento minha filha, não tem nada... Bom era na época do João Silva, que pelo menos fazia alguma coisa pra nós... E mesmo que ele não fizesse, foi ele quem conseguiu esse pedaço de chão pra gente...” (relato de C D. assentada no P. A Santo Antônio de Marabá Paulista. Setembro de 2005).

⁷ Programa Municipal de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável.

Sabendo da improvável vitória nas eleições de 2.000, João Silva e Manoel Ribeiro resolveram “reatar” formalmente os laços políticos. João Silva mais uma vez lançou-se candidato pelo PSDB apoiado por Manoel Ribeiro e tendo novamente como vice o político das fotos nos santinhos. Cansados da alternância no poder, desconfiados com um novo escândalo de suposta falsificação de assinaturas em cheques feitas pelo filho de João Silva e atraídos pelo slogan “o sangue novo no poder”, os eleitores apostaram em seus aprendizes. A administração no período de 2001 a 2004 tornou um cargo público (o de prefeito) em agente de interesses privados. Os vereadores assentados se reelegeram e a postura tradicional deles permaneceu intacta.

A cultura da dádiva, presente nos primórdios da política marabaense continuava a reinar. Em 2.002 foi criado o assentamento N Sra Aparecida, cuja distribuição dos lotes teria favorecido aliados políticos que, além de serem “presenteados”, novamente comprometeram-se em apoiar o candidato da situação nas próximas eleições. Em 2004, três novos assentamentos foram criados: Santo Antônio da Prata, São Pedro e Santa Maria II, este com participação do MST. O então prefeito procurou atender a todas as reivindicações dos assentados, visando à conquista de votos, o que na prática, conseguiu.

Nas eleições de 2004, o então vice quis se tornar prefeito. Para tanto, contou com o apoio de Manoel Ribeiro (que novamente cortou relações com João Silva) e do então prefeito, mas contou especialmente com um “desentendimento” familiar: João Silva prometera lançar a candidatura do genro, mas, num último momento não o fez, decidindo participar do processo político novamente como candidato.

A disputa foi bastante interessante. Pela primeira vez o eleitor contou com três opções de voto. Boa parte do fiel eleitorado de João Silva (descontentes pelo não cumprimento de promessas que foram feitas em trocas de favores) decidiram apoiar o genro filiado ao PV. Este tinha como vice, um técnico do ITESP, figura bastante popular no município. Com a fragmentação do que restava do “grupo” de João Silva, este não foi capaz de vencer os “aprendizes”. Sobre isso, munícipes explicam a escolha do vice-prefeito: este teria sido lançado para tal cargo apenas por possuir maior cacife financeiro para bancar o período de campanha eleitoral. Afinal, o candidato a prefeito estaria passando por sérias dificuldades financeiras.

João Silva foi derrotado, não só pelos aprendizes, como também pelo genro que, involuntariamente foi o responsável por tal fato. O genro de João Silva não teria ganho força política para vencer as eleições por que boa parte do eleitorado julgava ser o rompimento com o sogro uma manobra política, pois, qualquer dos dois caso vencesse as eleições, voltariam “*para o mesmo lado*”⁸. O processo eleitoral passou, ambos foram derrotados e realmente voltaram a fazer parte de um mesmo grupo político.

⁸ Expressão muito utilizada por munícipes para falar de grupos políticos.

Elegeram-se vereadores dois novos atores ligados ao Assentamento Areia Branca: o atual presidente da Câmara, em vias de mudança do assentamento para a cidade (PSDB e posteriormente PP), sendo parte da coligação que apoiou o atual prefeito. Este vereador até então, mora em uma casa remanescente da sede no assentamento Areia Branca. Seu irmão é assentado no PA Santo Antônio e acredita-se que grande parte de seu eleitorado é proveniente dos assentamentos do município. Questionado sobre suas aspirações no tocante a projetos voltados aos assentamentos, o mesmo responde:

Olha, a gente não dá conta de pensar tudo numa campanha. Você pensa primeiramente no que? Na educação, na saúde que é prioridade e no bem estar do povo. Melhoraria... a cidade limpa né? E... Fazer outras coisas que traga benefícios... Acho que como vereador, tem que estar bem com a população né? Se não tiver bem... Tem que fazer alguma coisa para o município né? Meus votos foram boa parte dos assentamentos, não só da Areia Branca onde eu moro, como os outros assentamentos que precisam de um orelhão, às vezes até um ponto de ônibus pro pessoal ficar embaixo quando chove... Trabalhar sobre isso, né? Saneação (entenda-se saneamento básico) da cidade, por exemplo, Marabá não tinha saneação né? A gente sabe que não tinha, mas, existe a constituição e tem que ser seguida... Igual, quando a gente falamos nisso o Zezão (atual prefeito) falou: -Não, vamos fazer... Então, é uma coisa que a gente vai trabalhando em conjunto. A Câmara principalmente... Trabalha nisso aí...

É o que eu falei... a gente tá correndo atrás de um orelhão para o sítio e juntamente com o prefeito fazer uma pracinha com banheiros sanitários... prá quem vem de fora, ou pra quem quer bater um papo na pracinha ter um banheiro né? Então a gente tá correndo atrás dessas coisas para os assentamentos... Um ponto de ônibus... Essas coisas que beneficia os assentados... Estrada... Tava ruim, aí veio a máquina e deu uma arrumada... É o que a gente faz pelos assentados... (E F. vereador, Agosto de 2005).

Também eleito, o filho de um assentado ex - vereador (PP) também fez parte da coligação de apoio ao atual prefeito. Sobre este vereador, nota-se a total ausência de projetos voltados aos assentamentos, como também de uma consciência política, até sobre a importância do papel que poderia desempenhar como vereador junto aos assentamentos. Seu depoimento é flagrante nisso:

Olha, não tenho nenhum projeto para os assentamentos não... Uma coisa que eu sempre lutei e estou quase conseguindo é uma rádio FM para o município. Sempre tive essa vontade e tenho projeto para o esporte né? Fazer campinho de futebol, quadra... (G H. vereador, Agosto de 2005).

Um outro vereador assentado foi reeleito (PSDB). Assentado no PA Areia Branca, até pouco tempo mostrava-se opositor da atual administração. Porém, em recente entrevista, elogiou consideravelmente a atual administração e alegou achar importante o discurso do atual prefeito que, entre outras coisas, teria afirmado ser fundamental a cooperação entre membros de um mesmo partido. Isso explica-se pela situação partidária do atual prefeito que configura-se como bastante interessante: o mesmo era filiado ao PL e, recentemente, desligou-se do partido e filiou-se ao PSDB partido este que, na campanha política, era o principal adversário político e no início da gestão, o principal opositor.

A política continua da mesma forma. Por que todos alguma coisa fez, mais ou menos, mas fez... Apesar de ser adversário político, tenho que admitir que tem sido bom o trabalho do Zezão... (atual prefeito). Não sei como vai estar daqui um ano, mas hoje tá bom. Ele mudou de partido né? Veio pro meu... (risos), o que é bom a gente tem que apoiar... (L. A. vereador, Agosto de 2005).

As iniciativas bem como a postura adotada por esses atores no âmbito das políticas voltadas aos assentamentos, é o que veremos a seguir.

As iniciativas municipais para os assentamentos

No que diz respeito a políticas públicas voltadas aos projetos de assentamentos, foram criadas em Marabá Paulista as Divisões de Agricultura e Abastecimento e a de Desenvolvimento Agrário, e por meio da lei complementar de nº 020 de 29 de dezembro de 2004, cria os cargos respectivos de chefia, utilizados para continuar atendendo os interesses de determinado grupo na próxima gestão. Sobre isso, é importante destacar o corpo desta Lei, que criou apenas os cargos de chefia e não as Divisões citadas.

A Divisão de Desenvolvimento Agrário começou suas atividades em maio de 2005. Ninguém no município sabe o efetivo papel desta divisão. Não há um plano de atividades ou mesmo atribuições que ressaltem, de fato, o trabalho que será desenvolvido ou objetivos concretos que serão buscados. O chefe da referida Divisão (único cargo existente), é líder de um dos assentamentos do município (PA N Sra. Aparecida) e colaborou com a campanha política do atual prefeito. De acordo com informações obtidas por meio de conversas informais com outras lideranças assentadas bem como com demais munícipes, pode-se afirmar que tal Divisão foi criada para atender (por meio dos chamados “cargos de confiança”) às práticas clientelistas comuns no município. Quando questionado sobre o papel da referida Divisão, “C.” (filiado ao PSDB) responde:

O nosso projeto aqui é o seguinte: não está vinculado à projeto da prefeitura porque para a prefeitura para bancar todos esses projetos, com a arrecadação ela não pode fazer investimentos, então... a gente tá aqui mais prá dar uma assistência, pedir ao

INCRA, Socorro ao ITESP, ao governo do Estado alguma ajuda para os assentamentos (“C.”, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Agrário, Julho de 2005).

Tendo em vista a confusa atribuição desta Divisão, perguntamos ao Sr. “C.” sobre ao que se referia ao falar de “assistência” e sobre a situação atual da Divisão. Ele nos respondeu:

É... a prefeitura dá assistência... Assistência é maquinário, trator, aí a prefeitura dá essa assistência para os pequenos produtores, para mexer com a terra e para trabalhar... O nosso município é muito rico em áreas de terras devolutas, mas, os grandes fazendeiros não estão colaborando em fazer uma partilha certa que seja uma parte para a Reforma Agrária, então o desenvolvimento do município depende do Estado, o Estado não dá áreas por que depende da justiça e esse processo é delicado para desenvolver. Nos só podemos fazer alguma coisa se isso se resolver... (“C.”, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Agrário, Julho de 2005).

Sobre as práticas clientelistas refletidas nas contratações dos chamados “cargos de confiança”, “C.” nos dá pistas de que seu cargo é um exemplo de tais práticas notórias.

Por que é o seguinte... a gente luta pela terra porque a gente tem filho, tem parente, tem amigo, então, todo mundo depende de um pedaço de terra para sobreviver e trabalhar. No meu caso eu tenho filho formado em contabilidade, e tudo morando no assentamento. Então... se a pessoa tem desenvolvimento para trabalhar, então é uma coisa que deixa a pessoa profissionalizado no trabalho e daqui (Divisão de Desenvolvimento Agrário) foi assim... uma coisa nossa para o povo e teve o apoio do ex prefeito, tô tendo o apoio do prefeito agora, estamos aí representando a comunidade por isso... (“C.”, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Agrário, Julho de 2005).

Outro exemplo claro de relações clientelistas baseia-se no fato da ausência efetiva, no setor do chefe da Divisão de Agricultura e Abastecimento. Apesar de designado, sabe-se que o responsável pela função exerce outros serviços que nada tem a ver com as atribuições de seu cargo. Procurado para responder simples questões relacionadas aos assentamentos, o mesmo afirmou que foi “nomeado apenas por conta da necessidade do preenchimento de vaga existente para o cargo”.

Ainda sobre a Divisão de Agricultura, percebemos que a mesma está apenas envolvida com um projeto de microbacias. Apesar deste projeto abranger parte de um dos assentamentos, não há políticas voltadas aos problemas enfrentados pelos assentados.

Sobre este projeto, sabe-se que uma exigência para o repasse de verbas seria a criação ou existência de um Conselho de Desenvolvimento Rural. O mesmo foi criado no município, porém, configura-se estritamente como mera formalidade. Quando procurados para discutir tais políticas, ou mesmo a ausência delas, os dois

engenheiros agrônomos (aliás, os únicos que respondem pela divisão), limitam-se em dizer que são subordinados ao EDR⁹ de Presidente Venceslau e, ainda que houvessem políticas voltadas aos assentamentos, a acomodação por parte dos assentados não permitiriam um avanço ou o desenvolvimento dos mesmos. Grande foi a nossa dificuldade em obter documentos oficiais sobre a existência deste Conselho ou ainda da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Areia Branca. Afirmaram-nos que tais entidades existem para atender apenas as formalidades do projeto de microbacias. Conseqüentemente, não haveriam documentos como atas de reuniões por exemplo. Não obstante, tal característica (acomodação) é também bastante presente no discurso da grande maioria das pessoas que residem nos assentamentos. Segundo os assentados, a ausência de uma postura coletiva (associativa) no que diz respeito à busca de interesses comuns é marcante. Este fato é causador de descontentamento entre os assentados, que acreditam fazer parte desta realidade de acomodação sem qualquer perspectiva de mudança.

Este contexto pode ser explicado na formação dos assentamentos. Surgidos a partir de acordos entre os proprietários das terras e Estado, eles prescindiram da mobilização politizada destes sem-terra, que não precisaram se organizar para ter o acesso a terra. Outro fato (e talvez seja este o principal) que explica tal acomodação por parte dos assentados é a relação política existente no município que se reflete com grande evidência nos assentamentos. O individualismo associado a práticas clientelistas notórias. Quanto a tais relações, Marabá Paulista destaca-se pela forte influência das relações políticas nas ações dos agentes participantes deste jogo (sejam eles políticos ou não). Costuma-se ouvir, com grande freqüência, que o processo eletivo no município não termina com o fim das eleições. Ao contrário, conforme observado no histórico político do município, as disputas políticas intensificam-se por meio do que podemos chamar de “cultura da dádiva” (BARONE; FERRANTE; WHITAKER; 2004), com prêmios aos que, de alguma forma, ajudaram na campanha política. Em contrapartida, tem-se a “perseguição” (especialmente de funcionários públicos municipais) dos que votaram em outro candidato.

Sobre isso, é bastante interessante a denominação usada para esses eleitores: Eles são chamados de “cara-preta”. E não porque votaram em outro candidato, mas, segundo os próprios munícipes, por que votaram “contra” o atual prefeito. Tais eleitores são facilmente identificados por se tratar de um município de pequeno porte, onde todos se conhecem e, conseqüentemente, manifestam suas preferências políticas.

Um dos vereadores assentados, que exerce seu mandato na atual gestão, encaixa-se na referida denominação (pois foi opositor da atual gestão na campanha, embora pareça estar repensando sua postura) e acha graça quando

⁹ Escritório de Desenvolvimento Rural.

o assunto gira em torno do tema. Segundo ele, tais práticas sempre existiram no município e seria pouco provável vislumbrar uma possível mudança. Surpreendente é a postura desses atores com relação ao quadro político. Foi simplesmente incorporada a idéia de que as práticas clientelistas fazem parte do cotidiano e que, com isso, grupos se alternam no controle do poder, disseminando a falsa idéia de que, ao longo do tempo, todos serão beneficiados ainda que, cada grupo em determinado período.

Marabá é assim mesmo... (risos). Sempre teve esse negócio de cara-preta. Mas conforme a gente tá acostumado a ver, às vezes ganha um, às vezes ganha o outro... E vamos tocando em frente... (mais risos) (L. A. vereador, Agosto de 2005).

Bastante peculiar é o grau de parentesco presente entre os que controlam o poder, bem como os que um dia controlaram. E como tais parentes foram “ajudados” no que diz respeito também a melhoria financeira. Filhos de prefeitos são vereadores (o da atual gestão, além disso, ocupa o cargo de chefia do setor de compras), sobrinhos ocupam os chamados cargos de “confiança”, etc. Estranhamente, cunhados (outrora sem condições financeiras) ocupam cargos importantes, reformam suas humildes casas, transformando-as em objeto de cobiça daqueles que um dia sonham em participar de mesa tão farta. (irmãos, tios). Sobre o nepotismo declarado em Marabá Paulista, este é peça fundamentalmente presente no cenário político, fato este ameaçado pelos rumores da aprovação da lei que proíbe tal prática e motivo de grande preocupação daqueles que “sobrevivem” disso. Esse, sem dúvida, é reflexo da falta de oportunidades econômicas, tornando a disputa política por uma disputa por salários públicos.

Tais relações são também recorrentes nos assentamentos, onde seus representantes (vereadores) “passeiam” pelo palco político desprovidos de qualquer consciência das profundas transformações que poderiam causar neste cenário. A dinâmica sócio-política entre esses atores e os assentados se dão de forma que se mantenha o controle político tradicionalmente exercido. As reivindicações dos assentados aos vereadores ali residentes são de cunho estritamente individualista, no qual restringem-se a favores. Quando perguntados sobre os projetos a serem desenvolvidos nos assentamentos, tais vereadores limitam-se a usar exemplos que fazem parte das atividades comuns, ou seja, atividades obrigatórias ao poder público municipal, como transporte, saúde, etc. Boa parte das irregularidades encontradas nos assentamentos é advinda das trocas de favores entre os aliados políticos. Há suspeitas de que lotes são comprados por aliados com dinheiro recebido de cofre público. Sobre as relações existentes entre o P.A. N Sra. Aparecida, podemos afirmar que tal relação revela um componente bastante clientelista. Algumas pessoas permanecem proprietárias de lotes sem ao menos possuir alguma edificação no mesmo, entre outras irregularidades “não constatadas” pelo ITESP.

O P. A. Santa Maria com ampla participação do MST em seu processo de formação (o que difere das informações iniciais prestadas pelo ITESP) enfrenta um problema no que diz respeito à instalação de um posto de saúde numa das casas remanescentes da sede da antiga fazenda. O imóvel em questão já teria sido cedido a prefeitura, porém, este órgão recusa-se a entrar em conflito com os assentados que a ocupam. A postura adotada pelos demais assentados é de acomodação conforme podemos observar.

É... O prefeito não tem culpa né? Ele quer fazer alguma coisa, mas, o pessoal lá (assentados) não desocupa a casa, então fica difícil, a gente fica meio que sem saber o que fazer. (M N. assentada no P. A. Santa Maria Outubro de 2005).

Em conversas informais com agentes da prefeitura municipal, soubemos que a situação prosseguirá até que os assentados desocupem espontaneamente o imóvel, o que a prefeitura municipal acredita acontecer em breve.

A administração municipal, apesar de manter as bases clientelistas tradicionais, tenta agora conquistar os eleitores ora opositores, fazendo com que estes sejam inseridos na cultura da dádiva, traduzida por “ajuda” concreta: doação de materiais para a reforma de casas, litros de combustível, entre outros “presentinhos”. Embora aos opositores sejam dados tais “presentes” em menor quantidade, comparando com os “presentes” dados aos aliados. Existe também a preocupação de tornar um pouco mais visível aos olhos do povo as obras realizadas não mais que obrigatórias, haja vista os repasses de recursos para tanto. Isso é feito por meio de um bom marketing e, sobretudo pela disseminação da idéia do fim da “perseguição política” aos que “votaram contra” a atual gestão.

Considerações finais

Nossa maior preocupação foi evidenciar as relações entre o Poder Local e os assentamentos rurais em Marabá Paulista. Constata-se a interferência de um agente do Poder Local (vereador) na seleção de famílias no P. A. Areia Branca (1988). Na cidade, é corrente a opinião de que este agente só foi “eleito” por causa dessa prática de clientelismo.

A maior interferência nesse sentido foi a do então prefeito João Silva (1997-2000), então filiado ao PSDB – partido dos governos Estadual e Federal. Por sua pressão, conseguiu-se instalar o P. A. Santo Antônio de Marabá Paulista (com 73 lotes), em 1999. A seleção das famílias deste P. A. foi totalmente controlada por João Silva. A pesquisa revela, também, o quanto essa população assentada lhe é fiel, como constatado no episódio do PMDLIS, promovido na gestão de um desafeto do momento (2001-2004), no qual os assentados se recusaram a participar. Sobre a proximidade do político local com o governo do Estado, podemos observar que tal característica - marcante na época coronelista (LEAL, 1975) - é corrente em Marabá Paulista.

Sobre os conselhos gestores, a teorizada possibilidade dos mesmos se constituírem em espaços de promoção cidadã (ABRAMOVAY, 2001) não se verifica no contexto estudado. Como exemplo disso, no que tange aos assentamentos, temos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, praticamente inativo – ou, “uma formalidade”, no dizer do agrônomo da Divisão de Agricultura e Abastecimento.

Especificamente no caso dos órgãos municipais, a instauração de ambas as Divisões que tratam (ou deveriam tratar) da área rural - Divisão de Agricultura e Divisão de Desenvolvimento Agrário – revela muito mais a política de favores pessoais e aliados políticos.

[...] há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios... assim se manifesta o paternalismo, com sua recíproca: negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito... mas, a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora (LEAL, 1975 p.39).

A questão principal que animou a pesquisa é a possível mudança na cultura política através da participação de assentados nas instituições do Poder Local (entendidas aqui como Prefeitura e Câmara Municipal). Não há bloqueio de uma oligarquia agrária à participação de assentados nos âmbitos institucionais do poder público municipal, como se constata pela seguida eleição de vereadores assentados e, até mesmo, a nomeação de assentado para a Divisão de Desenvolvimento Agrário.

A relação entre o poder público municipal com os assentamentos se dá através de um contato mais direto e freqüente com a população, provocado pelas demandas normais desta em relação à Prefeitura. A tentativa de “aliciar bases eleitorais no assentamento mediante práticas clientelistas” (BARONE, 2004, p.115) foi observada nos vários momentos da pesquisa. Se não há bloqueio, há a prática do “curral”, conforme já visto em outros trabalhos:

[...] Eco do distante coronelismo, os quadros políticos da região tentarão manter fechados os seus novos “currais”, na reprodução de uma racionalidade política tradicional, agora atualizada num contexto mais moderno (BARONE, 2004, p. 110).

A participação dos assentados se dá nos moldes tradicionais, não alterando a cultura política do município. A não participação - em grande escala – de movimentos de sem-terra (sobretudo o MST) na conquista desses assentamentos é um fator que tende a levar para a acomodação desses agentes ao modo de fazer política tradicional.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites**. In: Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Emater - RS / Fetag – RS / GTZ, 2001.

ANTÔNIO, A. P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990** Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

BARONE, L. A. **Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. Tese de Doutorado. FCL, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.

_____. **Reverendo o clientelismo político num assentamento de Reforma Agrária: Da Camisa- de- força à dialética do controle**. In: Retratos de Assentamentos, nº 09, 2004. ISSN – 1516-8182

_____; FERRANTE, V.L.S.B **Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária** In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo: Campinas, FEAGRI/UNICAMP, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DANIEL, C. **Gestão Local e Participação da Sociedade**. In: PÓLIS, n. 14 Instituto Cajamar – Instituto Pólis, Fevereiro 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano **MST formação e territorialização** São Paulo: Hucitec, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A ; BARONE, L. A. **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência (Projeto de Auxílio Integrado CNPq)** Araraquara, Presidente Prudente: UNIARA, FCL/UNESP, FCT/UNESP, 2004.

KERBAUY, M. T. M. **A Morte dos coronéis: política interiorana e poder local** Araraquara: Cultura Acadêmica, 2000.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.